



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA PASTORA LUCIANA

PROJETO DE LEI Nº. 121 /2015

Dispõe sobre a utilização dos terminais de ônibus públicos para apresentação de palestras, pregações e manifestações religiosas no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica permitido aos pregadores de todas as religiões a apresentação de palestras, pregações e manifestações religiosas nos terminais de ônibus.

Art. 2º-As manifestações permitidas por esta lei são as seguintes: I - pregações; II - palestra sobre assuntos religiosos, e afins; III - poesia e literatura religiosa apresentadas de forma declamada ou em exposição física das obras.

Art. 3º- Os palestrantes e pregadores deverão permanecer de forma transitória nos terminais de ônibus, vedada qualquer forma de reserva de espaço para uso exclusivo, devendo tal utilização limitar-se exclusivamente ao período de execução da manifestação religiosa.

Art. 4º - Aos palestrantes e pregadores que se apresentarem nos terminais de ônibus é permitido aceitar contribuições pecuniárias, desde que feitas de forma voluntária pela população, sem qualquer tipo de imposição.

Art. 5º - Os palestrantes e pregadores deverão ser credenciados e autorizados pela sua igreja local. Sua credencial deverá conter: nome, número da identidade, endereço da igreja e cargo eclesiástico.

Art. 6º - A credencial deverá estar em local perceptível.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
GABINETE DA VEREADORA PASTORA LUCIANA
Plenário Adriano Jorge, 11 de maio de 2015.

PASTORA LUCIANA
Vereadora - PP

JUSTIFICATIVA

A presente propositura objetiva instituir no âmbito do Município de Manaus a utilização dos terminais de ônibus públicos para apresentação de palestras, pregações e manifestações religiosas. A Liberdade de expressão é o direito de manifestar livremente opiniões, ideias e pensamentos, é um conceito basilar na democracia moderna na qual a censura não tem respaldo moral. A Constituição Federal no art. 5º, inc. VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; inc. VIII- ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; Desse modo, a iniciativa visa resguardar aos palestrantes e pregadores dos terminais de ônibus a garantia de livre expressão nos espaços públicos, sem acarretar prejuízo à integridade pública. A realização de manifestações religiosas nos espaços públicos tem relevante papel na vida da urbe, na medida em que tais atividades contribuem para a difusão de doutrinas religiosas das mais diversas tendências, favorecendo a livre manifestação do pensamento, e garantindo o direito de livre expressão, e manifestação religiosa. Tal como previsto em nossa Carta Magna.

Segundo pesquisas, do IBGE, o Brasil tem 202 milhões de habitantes, 87% da população brasileira é cristã, cerca de 165 milhões, perdendo apenas para os EUA, com 246 milhões de cristãos.

Esperamos a compreensão dos Nobres Pares e que o presente projeto de lei receba a aprovação de Vossas Excelências, pois representará o nosso reconhecimento e apoio a todos os Evangélicos e simpatizantes que vêm prestando um estimável serviço no resgate da cidadania de milhares de pessoas, através da recuperação espiritual, resgate dos usuários de drogas, restauração de famílias e tantas outras ações sociais e comunitárias, todas estas baseadas no Evangelho.